

Biênio 24/26

# RELATÓRIO 1 ANO DE GESTÃO

1ª Vice-Presidência  
Tribunal de Justiça de Minas Gerais

*Desembargador Marcos Lincoln dos Santos  
1º vice-presidente do TJMG*

The image shows a portion of a modern, multi-story building with a facade of horizontal concrete bands and dark window frames. A red banner with the white text 'TJMG' is visible on one of the upper floors. The building is partially obscured by a large, dark teal geometric shape that dominates the left and bottom portions of the cover.

TJMG

# Sumário

Palavra do 1º Vice-Presidente	01
Diálogo, inovação e governança	02
1. Modernização da Gestão Processual e Redução do Acervo	03
2. Capacitação Contínua e Projeto 1ª Vice SOMA	04
3. Precedentes Qualificados e Gestão da Litigância	06
4. Conciliações e Desjudicialização	14
5. Inovação e Eficiência Administrativa	16
6. Sustentabilidade e Otimização de Recursos	17
7. Diálogo e Gestão Participativa	18
8. Novos Critérios de Distribuição Processual	21



# 1ª Vice-Presidência Tribunal de Justiça de Minas Gerais

**Desembargador Marcos Lincoln dos Santos**  
1º vice-presidente

**Desembargador Habib Felipe Jabour**  
Superintendente adjunto da Superintendência Judiciária

**Marcelo Paulo Salgado**  
Juiz auxiliar da 1ª Vice-Presidência

**Roberta Inácio Maia**  
Assessora-chefe  
Assessoria da 1ª Vice-Presidência  
(1ª Asvip)

**Camila Barbosa Santos de Noronha**  
Assessora-chefe  
Gabinete da 1ª Vice-Presidência  
(1ª Gavip)

**Elaine Batista Costa Souza**  
Diretora  
Secretaria de Padronização e  
Acompanhamento da Gestão  
Judiciária  
(Sepad)

**Elena Costa de Oliveira Vidigal**  
Diretora executiva  
Diretoria Executiva de Suporte à Prestação  
Jurisdicional  
(Dirsup)

**Daniel Geraldo Oliveira Santos**  
Gerente  
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes  
e Ações Coletivas (Nugepnac)

**Douglas Corgosinho**  
Gerente  
Gerência de Processamento Inicial  
(Geproc)

**Marcos Rodrigues Borges**  
Gerente  
Centro de Informações de Resultados  
da Prestação Jurisdicional na 2ª  
Instância  
(Ceinjur)

**Vanessa Macedo de Pinho Tavares**  
Gerente  
Gerência de Acompanhamento e Suporte  
Processual  
(Geasp)

**Rafaella Rocha da Costa Assunção**  
Gerente  
Gerência de Acompanhamento da  
Litigância em 2ª Instância, de Apoio à  
Gestão de Gabinetes e de Registro de  
Julgamentos  
(Geag)

**Margarete Gandra  
Almeida/Patrícia Costa Mendes**  
Gerente  
Centro de Padronização da  
Prestação Jurisdicional na 2ª  
Instância  
(Cepajur)

**Gilberto Miranda Barbosa Júnior**  
Gerente  
Centro de Suporte Técnico ao Processo  
Judicial Eletrônico e demais Sistemas  
Eletrônicos de 2ª Instância  
(Cesupe)

# PALAVRA DO 1º VICE-PRESIDENTE



## DESEMBARGADOR MARCOS LINCOLN DOS SANTOS

Em atenção ao nosso compromisso com a transparência e a prestação de contas à sociedade, apresento com satisfação o relatório de um ano da gestão da 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, referente ao biênio 2024/2026.

Este documento é fruto do trabalho coletivo de desembargadores, juízes, servidores e colaboradores comprometidos com a eficiência, a inovação e a transparência na prestação jurisdicional de 2ª instância.

Nosso foco tem sido modernizar fluxos processuais, promover a qualificação contínua das equipes, estimular o uso de tecnologia e fomentar o diálogo institucional. Os resultados aqui registrados refletem avanços concretos na redução de acervos, na valorização das boas práticas e no fortalecimento da governança.

Seguimos convictos de que o aperfeiçoamento da Justiça passa, necessariamente, pela escuta ativa, pela cooperação e pelo compromisso com a cidadania.

Como diz Mário Quintana, “... são os passos que fazem os caminhos!” E, neste percurso, continuaremos a avançar.



# DIÁLOGO, INOVAÇÃO E GOVERNANÇA

No primeiro ano de gestão, a 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), sob a liderança do desembargador Marcos Lincoln dos Santos, consolidou importantes avanços na prestação jurisdicional da 2ª Instância, com destaque para o incremento da produtividade, a racionalização de procedimentos e o fortalecimento da governança.

A direção atual investiu no desenvolvimento técnico dos servidores, apoiou a implantação do eproc, promoveu inovações no gerenciamento de dados e adotou uma gestão participativa e transparente.



# 1. MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PROCESSUAL E REDUÇÃO DO ACERVO

Medidas adotadas resultaram na expressiva redução do acervo de processos relativos a conflitos de competência e admissibilidade recursal, tanto em recursos especiais quanto extraordinários. A maioria dos feitos distribuídos foi julgada, refletindo um elevado índice de eficiência e celeridade.

Com o objetivo de minimizar os conflitos de competência, foi revogada a portaria 50/2023 que vedava o encaminhamento, ainda que por ordem de desembargador, de autos processuais para pesquisa de indícios de prevenção ou finalidades semelhantes.

Na análise da admissibilidade dos recursos, a 1ª Vice-Presidência promoveu a modernização da gestão processual e a reestruturação dos fluxos de trabalho, o que contribuiu decisivamente para o cumprimento integral das Metas 1 e 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), voltadas à redução de acervos e ao julgamento de processos mais antigos.

## Meta 1 CNJ

**MAIS  
PROCESSOS  
JULGADOS  
DO QUE  
RECEBIDOS**



## 2. CAPACITAÇÃO CONTÍNUA E PROJETO 1ª VICE SOMA

A capacitação contínua dos servidores da 2ª Instância é prioridade da atual gestão, com foco no aperfeiçoamento gerencial, integração entre gabinetes e cartórios, uso do sistema eproc e de ferramentas de inteligência artificial.

**NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025, MAIS DE 260 SERVIDORES DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS DE SEGUNDO GRAU FORAM CAPACITADOS POR MEIO DO PROGRAMA 1ª VICE SOMA – SUPORTE À ORGANIZAÇÃO, CUMPRIMENTO DE METAS E APERFEIÇOAMENTO GERENCIAL.**



### GUIA SOMA

Material reúne informações úteis de todas as equipes que desempenham atividades diretamente ligadas à prestação jurisdicional, além das boas práticas de gabinetes e sugestões de fluxos de gestão de gabinetes.

**OS TREINAMENTOS  
SOBRE EPROC  
SOMARAM 4.600  
HORAS E  
ENVOLVERAM  
CERCA DE MIL  
PARTICIPANTES.**

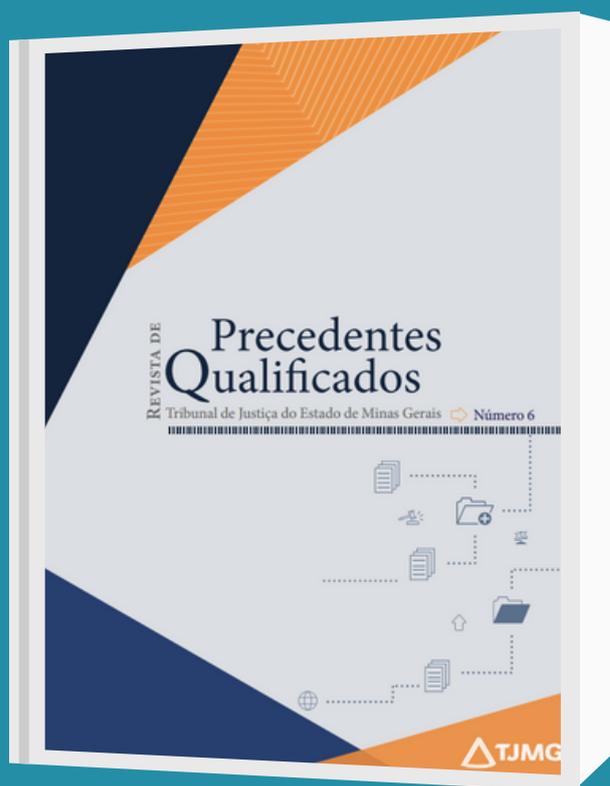


O curso Painéis Táticos fortaleceu o uso de Business Intelligence (BI) no monitoramento das metas institucionais e do CNJ. Também foram realizadas capacitações voltadas à gestão de precedentes, padronização de acórdãos, redação de ementas e sobre uso de Inteligência Artificial no Judiciário.

# 3. PRECEDENTES QUALIFICADOS E GESTÃO DA LITIGÂNCIA

Com foco em uma prestação jurisdicional mais célere, efetiva e isonômica, a 1ª Vice-Presidência investiu fortemente na promoção da cultura dos precedentes qualificados e no suporte à uniformização da jurisprudência, reafirmando seu compromisso com a racionalização da atividade jurisdicional.

## Destaques:





01.

Publicação da 6ª edição da Revista de Precedentes Qualificados;

02.

Lançamento da primeira cartilha sobre Precedentes, com linguagem acessível;

03.

Pesquisas para identificação de processos passíveis de submissão à sistemática dos precedentes;

04.

Disponibilização de um Boletim de Ações Coletivas, com objetivo de prestar informações claras aos magistrados sobre ações coletivas em tramitação, evitando possíveis ocorrências de litispendência e coisa julgada coletiva;

05.

Elaboração de projeto de atualização dos enunciados de súmula criminal, visando ampliar a segurança jurídica das decisões das Câmaras Criminais.



## VISITA DA COMITIVA DO TRF1 AO NUGEPNAC

Comitiva formada por representantes do Tribunal Regional Federal da 1ª Região visitou o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (Nugepnac) para conhecer os procedimentos adotados pelo setor.

A proposta da visita foi entender o modelo de estrutura de trabalho realizado pela 1ª Vice-Presidência para aplicá-lo na prestação de serviços de precedentes aos tribunais da Corte federal.

A comitiva do TRF1 foi composta pelo juiz federal Clodomir Sebastião Reis, coordenador do Nugepnac; pelo supervisor da Seção de Gerenciamento das Ações Coletivas, Roberto dos Santos Barrense; pelo supervisor da Seção de Apoio Administrativo, Juliano Vasconcelos; e pelo chefe de gabinete do Nugepnac, Ricardo Teixeira Marrara.



## COMITIVA DO TJMS CONHECE O TRABALHO DO NUGEPNAC

A 1ª Vice-Presidência recebeu uma comitiva do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS), com o objetivo de apresentar a estrutura e as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (Nugepnac). O setor é considerado referência nacional, resultado de um trabalho técnico, inovador e comprometido com a uniformização da jurisprudência e a melhoria contínua da prestação jurisdicional.

O grupo do TJMS foi composto pelo vice-presidente da Corte sul-matogrossense, desembargador Fernando Mauro Marinho, pela juíza auxiliar da Vice-Presidência, Ellen Priscile Evangelista Xandu, os assessores, Gisely Ortiz e João Carlos Lima de Oliveira, e a servidora do Nugepnac Layla Cristina La Picirelli de Arruda .

# TUJURIS

A 1ª Vice também passou a prestar suporte técnico à Turma de Uniformização de Jurisprudência (TuJuris) dos Juizados Especiais, fortalecendo o papel institucional do TJMG na formação de entendimentos consolidados.



Foi publicada a Portaria Conjunta nº 1.673/PR/2025, que formalizou o fluxo de trabalho entre a Gerência de Acompanhamento da Litigância em 2ª Instância, de Apoio à Gestão de Gabinetes e de Registro de Julgamentos (GEAG), o Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais (CIJMG) e o Núcleo de Monitoramento do Perfil de Demandas (NUMOPEDE) relacionados ao monitoramento do perfil de demandas, objetivando o aprimoramento da gestão da litigância, importante ferramenta de contribuição efetiva para a racionalização da prestação jurisdicional e para a preservação da legitimidade do acesso ao sistema de justiça, em consonância com a Recomendação 127/2020 do Conselho Nacional de Justiça e a Diretriz Estratégica nº 6 da Corregedoria Nacional de Justiça.

# PROJETO FORTALECE APLICAÇÃO DE PRECEDENTES QUALIFICADOS NO TJMG

Com o objetivo de aprimorar a formação e a aplicação de precedentes qualificados locais, a 1ª Vice-Presidência implementou o **Projeto de Aperfeiçoamento na Formação de Precedentes**. A iniciativa foca nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e nos Incidentes de Assunção de Competência (IACs), de competência das Seções Cíveis da Corte mineira.

A proposta prevê o oferecimento de suporte técnico especializado e treinamento direcionado para assessores de desembargadores, visando ao correto tratamento e à sistematização dos precedentes.

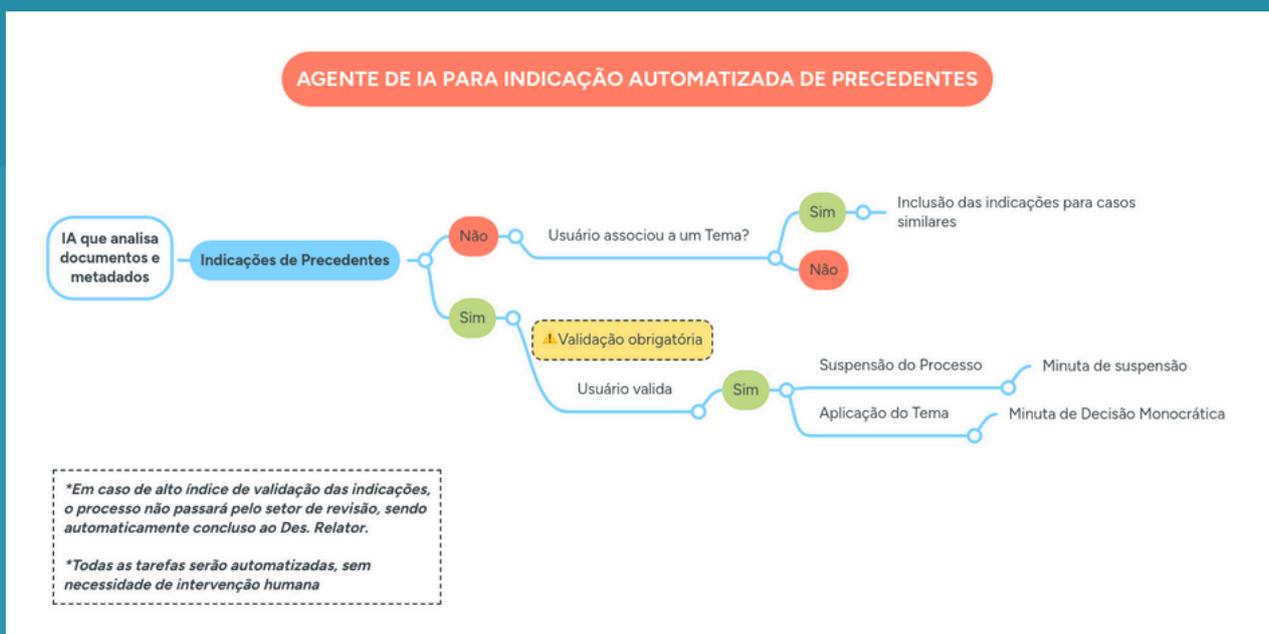
O projeto busca fortalecer a segurança jurídica, garantir isonomia nas decisões judiciais, aumentar a previsibilidade e coerência dos entendimentos firmados e agilizar a prestação jurisdicional, contribuindo para a unidade e integridade do sistema de justiça.



# PROJETO-PILOTO ANALISA PRESSUPOSTOS RECURSAIS E APLICAÇÃO DE PRECEDENTES QUALIFICADOS



Com o intuito de adaptar o Regimento Interno às novas exigências do sistema de processo judicial eletrônico (eproc), a 1ª Vice-Presidência deu início a um projeto-piloto voltado à verificação dos pressupostos recursais extrínsecos e à indicação de precedentes qualificados formados ou em formação que potencialmente possam ser aplicados aos processos que chegam à segunda instância.



A iniciativa decorre da proposta de alteração regimental e tem como foco otimizar o trâmite recursal, proporcionando mais segurança jurídica, celeridade e uniformidade às decisões.

A expectativa é que, ao reconhecer previamente os requisitos extrínsecos e os entendimentos firmados, o Tribunal possa qualificar a admissibilidade dos recursos e promover maior eficiência na prestação jurisdicional.



## 4. Conciliações e Desjudicialização

Em articulação com o Governo de Minas e o Ministério Público, a 1ª Vice viabilizou a resolução de litígios antigos e de grande impacto social, especialmente na área da saúde:

Firmada a cooperação técnica entre a 1ª Vice-Presidência e o Estado de Minas Gerais, por meio da Advocacia Geral do Estado, com vistas à desjudicialização de processos referentes ao fornecimento de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde, após o julgamento dos Temas 793 e 1.234 do Supremo Tribunal Federal.

Foram analisados 1.282 recursos vinculados ao Tema 1234 do Supremo Tribunal Federal no estreito período decorrido entre maio e julho de 2025, tendo sido homologadas 1.070 desistências manifestadas em recursos especiais e extraordinários interpostos pelo Estado de Minas Gerais.



Pacto entre Copasa e condomínios residenciais, solucionando controvérsias sobre tarifas em empreendimentos com hidrômetro único;

Acordo entre o Estado e o MP/MG, encerrando ação civil pública de 2012 e garantindo políticas de saúde para 51 municípios da Macrorregião Leste;

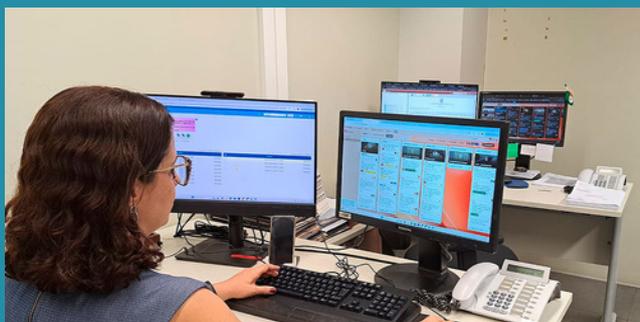


## 5. Inovação e Eficiência Administrativa

A gestão implementou soluções inéditas, que aumentaram a transparência e fortaleceram a eficiência operacional da 1ª Vice-Presidência:



Implantação do sistema Push da 1ª Vice, com robôs para envio automatizado de dados e notificações para tomadas de decisões e avaliações de desempenho das áreas monitoradas pelos gestores;



Adoção da metodologia ágil de gestão de projetos Kanban pela Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional (Dirsup);



Desativação do link de emissão de guias de custas desvinculadas de processo, como medida antifraude;

Desenvolvimento de funcionalidade para simulação de custas processuais no Guias Web da 2ª Instância;



Regulamentação do teletrabalho por meio da Portaria 95/2024, uniformizando assim as regras na Sejud com as dos demais setores do TJMG.

## 6. SUSTENTABILIDADE E OTIMIZAÇÃO DE RECURSOS

A realocação de colaboradores terceirizados para o Núcleo de Virtualização (Nuvir) e para o projeto de digitalização de inquéritos gerou economia institucional e melhor aproveitamento dos recursos humanos.

A atuação da Dirsup também viabilizou a atualização da tabela de custas e o aperfeiçoamento de mecanismos de controle, promovendo aumento de arrecadação e segurança jurídica.

A Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária (Sepad) apoiou a instalação de Núcleos de Justiça 4.0 na 2ª Instância do TJMG, com o remanejamento de servidores e preparação da estrutura física dos novos cartórios, que já estão em operação.

# 7. DIÁLOGO E GESTÃO PARTICIPATIVA

A gestão participativa envolve desembargadores e servidores nas decisões estratégicas. Comissões foram criadas para aprimorar o diálogo entre setores da 2ª Instância e a 1ª Vice:



Comissão de Gestores Cartorários, voltada à representação dos interesses dos servidores da 2ª Instância e à construção conjunta de soluções para o aprimoramento da administração cartorária;

Comitê de Desembargadores, para aperfeiçoar o processo decisório e fortalecer a governança institucional.

Foram realizadas ainda reuniões presenciais com magistrados para esclarecer dúvidas e colher sugestões para o aprimoramento da distribuição de processos, critérios de prevenção e compensação semestral.

# INTEGRAÇÃO, EMPENHO E COMPROMETIMENTO

Um dos pilares da atuação da 1ª Vice-Presidência tem sido o envolvimento direto das diretoras e gerentes nos processos decisórios, com destaque para o diálogo aberto e permanente que se estende aos servidores e colaboradores. Essa abordagem participativa tem se revelado um diferencial na motivação das equipes e na integração entre os setores, fortalecendo o sentimento de unidade que hoje caracteriza a 1ª Vice-Presidência.

A construção de soluções conjuntas e o comprometimento genuíno das equipes têm se revelado fatores determinantes para os resultados positivos alcançados, especialmente na busca por maior eficiência e qualidade na prestação jurisdicional de 2ª instância.



# “ RECONHECER A CAPACIDADE E O PODER DAS MULHERES É FUNDAMENTAL PARA PROMOVER A IGUALDADE ”



Em celebração ao Mês da Mulher, o 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Marcos Lincoln dos Santos, participou da abertura da palestra “Sobrecarga mental e a mulher multitarefas”, promovida pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef). A conferência foi conduzida pela escritora, colunista e psicóloga Samantha Carvalho.

Durante sua fala, o desembargador destacou a relevância da data e a importância do evento ao tratar de uma temática atual e sensível, que envolve o bem-estar e a valorização da mulher em suas múltiplas jornadas.

“Ser mulher é ser mãe, esposa, profissional e tudo mais que desejar ser. As mulheres sempre se fizeram presentes. E, nos tempos modernos, a força feminina desempenha papel único na sociedade. Reconhecer a capacidade e o poder das mulheres é fundamental para promover a igualdade”, afirmou.



## 8. Novos Critérios de Distribuição Processual

A Dirsup realizou estudo técnico aprofundado com vistas à reformulação da distribuição de processos, critérios de prevenção e compensação semestral na 2ª Instância, com base em boas práticas de tribunais de grande porte e na experiência com o sistema eproc. O objetivo é assegurar maior equidade, transparência e previsibilidade na distribuição dos feitos.



# RELATÓRIO 1 ANO DE GESTÃO 2024 / 2025

1ª Vice-Presidência TJMG

Biênio 2024/2026

Desembargador Marcos Lincoln dos Santos

1º vice-presidente